

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
70.910 - Brasília - DF.

Fones: 273.3264 (direto)
274.0022 - ramal 2368

SÉRIE ANTROPOLOGIA Nº 87

MIGRAÇÃO, FAMÍLIA E CAMPESTINATO

KLAAS WOORTMANN

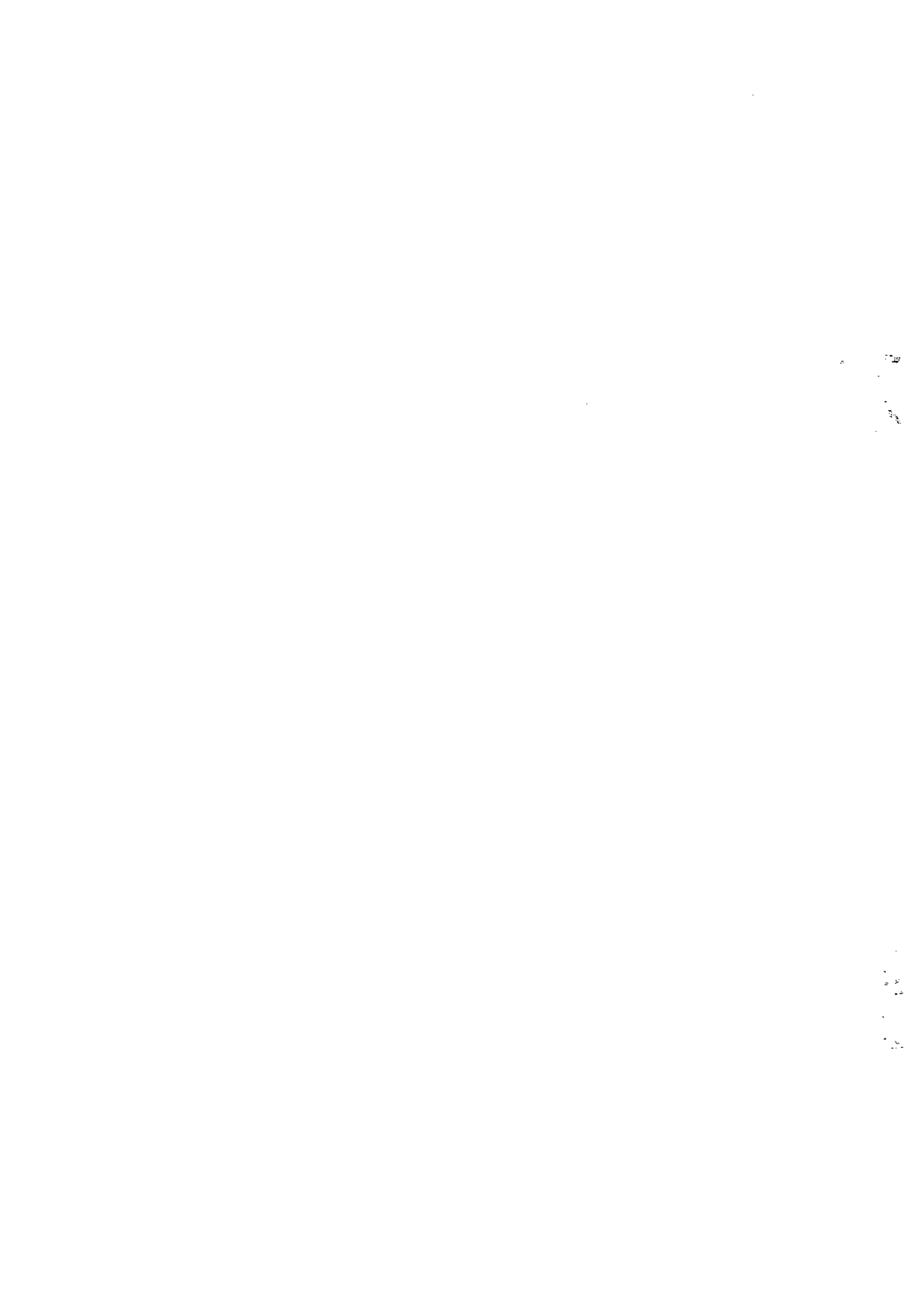
1 9 9 0



KLAAS WOORTMANN

MIGRAÇÃO, FAMÍLIA E CAMPESINATO

Comunicação apresentada ao Grupo de Trabalho "Antropologia
do Camponato"; Associação Brasileira de Antropologia,
Florianópolis, 1990



Introdução.

Já de longa data se sabe que grupos camponeses, além de produzirem alimentos, produzem também migrantes. A presença de camponeses em sociedades predominantemente capitalistas tem sido até mesmo explicada por sua funcionalidade para o processo de acumulação de capital, sob uma dupla perspectiva: a produção de alimentos a baixo custo, fundada na auto-exploração da força de trabalho doméstica, e a reposição da força de trabalho diretamente subordinada ao capital, através da migração. Áreas camponesas seriam, no dizer de Souza Martins, "viveiros de mão de obra". Poder-se-ia dizer que os camponeses que ficam rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho daqueles que partem.

Outra perspectiva, mais antiga, é aquela que percebe as migrações através da ótica do "êxodo rural". É uma perspectiva associada à problemática da urbanização e da transição demográfica. Em outra variante, a abordagem do êxodo rural associa-se ao modelo teórico da modernização e a uma visão dualista da sociedade nacional. Nessa ótica, as migrações, quando não resultantes de cataclismas naturais (associados a problemas sociais, como a "indústria das secas") são vistas como o resultado da ação conjugada de "fatores de repulsão", localizados no campo, e de "fatores

de atração", localizados na cidade, ambos produtos da modernização. Entre tais fatores estão desde as transformações nas forças produtivas, liberadoras de mão de obra, ou modificações no modo de uso da terra, como a passagem da agricultura para a pecuária, até mudanças no plano dos valores, aspirações e expectativas, atribuídas à penetração no campo de um modo de vida urbano.

Outra perspectiva, muito em voga nos anos sessenta, foi aquela que percebia a migração rural-urbana nos termos de uma "distância cultural", ou de uma ruralização de áreas periféricas da cidade. A ela se associava, por contraposição, a visão gerada pela teoria da marginalidade, que tantas polêmicas gerou na sociologia latinoamericana. Guardavam em comum a idéia da impossibilidade de integração das massas migrantes - massas marginais - às estruturas urbanas e ao mercado de trabalho. Ambas as variantes dessa perspectiva foram modificadas a partir dos estudos que enfocaram o chamado "setor informal" da economia urbana.

A literatura antropológica tem lidado com a questão de maneira bastante diversificada, e não pretendo aqui, em absoluto, realizar um balanço dessa produção acadêmica. Ressalto apenas duas dimensões abordadas por diferentes autores: a migração para a cidade e a migração para a fronteira (ou a constituição da frente de expansão). Entre os primeiros poderia citar as análises de Durham (1973) e de Menezes (1976); entre as segundas, os trabalhos

de Velho (1972) e Musumeci (1988), ainda que nesses últimos autores a preocupação esteja muito mais em pensar a frente de expansão que problematizar a migração. O estudo de Menezes, por seu lado, enfoca as representações dos migrantes que, mais que um simples deslocamento espacial, realizam uma mudança radical em suas condições sociais, redescobrendo-se como pobres.

Boa parte dos estudos sobre migrações de camponeses tem em comum a idéia da inviabilidade de sua reprodução social nas áreas de origem. Assim, a análise de Velho ressalta a fuga da Besta-Fera e do cativo no Nordeste, e a tentativa de reconstruir um modo de vida campones na frente de expansão. O estudo de Menezes poderia ser apreciado conjuntamente com o de Brandão (1981), relativo às transformações da fazenda golana tradicional: passa-se de um tempo de fartura para um tempo de ambição, transformação essa que institui a precisão, e com ela a migração.

Em larga medida os estudos sobre migrações tem em comum o fato de a perceberem como o resultado da inviabilidade de reprodução da condição camponesa, e de a enfocarem como migração irreversível. Tende-se, muito frequentemente a considerar a migração como um problema. Meu propósito aqui é outro. Considero-a não como problema mas como solução; busco examinar a migração como condição de reprodução social (1); considero formas de migração que não são irreversíveis. Baseio-me em observações de campo

as em comum com Ellen F. Woortmann em Sergipe, assim algumas outras etnografias, como a de Garcia Jr. relativa à Paraíba, que focaliza uma situação emelhante à de Sergipe, e que é uma das melhores do campesinato nordestino.

Divido meu trabalho em três partes, referidas a de migração analiticamente distinguíveis como de reprodução social. Começo enfocando o que chamo ação pré-matrimonial, constitutiva do chefe de futuro; em seguida focalizo a migração cíclica do e família presente, que reproduz a família já ida; por fim, considero a emigração definitiva que não serão chefes de família no lugar, para que ossam sê-lo.

Limito-me apenas, por razões práticas, ao ato do Nordeste e a grupos sociais já consolidados, apenas breves referências a outras regiões. Deixo de eles grupos ainda em formação, como é o caso da a do Centro Oeste, estudada por José Vicente relativamente aos matuchos. Por isso, não considero s que provocam outras migrações, como a dos colonos irem para o Brasil Central, deslocam os camponeses s em direção às cidades ou a outras regiões rurais.

A migração pré-matrimonial.

Em Sergipe, como em outras partes do Nordeste, um sítio é idealmente ocupado por uma família nuclear. No entanto, quando um filho está próximo da idade de casar, é preciso selecionar para ele um espaço próprio. Isto poderá ser feito pela aquisição de terras fora do sítio paterno, terras essas que irão constituir novo sítio. É o que procuram fazer sítiantes fortes, mesmo porque com isso se evita ou se limita o fracionamento das terras. Em outros casos porém, quando a terra é suficiente, portanto também no caso dos fortes, destina-se ao filho em vias de casar um chão de morada no interior do próprio sítio paterno, espaço esse em que será erguida a nova casa, assim como um chão de roça para seu uso específico; neste chão de roça o jovem rapaz irá produzir para si mesmo, em vista de sua futura condição de chefe de família.

Antes que seja erguida a nova casa (2), porém, o jovem deve emigrar temporariamente. Entre os sítiantes fracos essa migração tem um sentido eminentemente prático, pois destina-se a acumular recursos que possibilitarão iniciar a vida de casado, isto é, constituir-se como pai; esses recursos irão se somar àqueles acumulados ao longo da vida, sob forma de gado, e àqueles obtidos pelo trabalho, isto é, pelo tempo dado ao filho por parte do pai, que controla o uso da força de trabalho familiar. Juntamente com o chão de roça o pai também dá o tempo para o filho, isto é,

libera-o, parcialmente das tarefas relativas à família como um todo. Isso implica claramente que o tempo da família pertence ao pai como aquele que encarna a autoridade e a própria totalidade da família.

No entanto, não são apenas os sitiante fracos, ou melhor, os filhos destes, que migram. Também os fortes fazem seus filhos migrar, mesmo que não exista a necessidade de acumular recursos. A migração sempre se faz para "São Paulo", mas não se trata necessariamente do estado da federação com esse nome. O filho de um informante que havia migrado para "São Paulo" encontrava-se, de fato, em Rondônia; outro jovem estava no Paraná, e um terceiro no Paraguai. "São Paulo" não é uma localização territorial precisa, mas uma categoria classificatória que se opõe ao "Norte", categoria que inclui o Nordeste, na medida em que este é o lugar da escassez, e o primeiro é o lugar da riqueza.

"São Paulo", contudo, não é apenas o lugar da riqueza; é também o mundo, termo que designa a incerteza, o desconhecido, o perigo. Essa palavra também designa a região dos canaviais, onde o perigo do mundo é representado pelo cativoiro. Mas é de se notar que não encontrei nenhum caso de migração de qualquer tipo para a região ^(sergipana) dos canaviais. Pelo contrário, chamou a atenção a atitude extremamente negativa quanto a ser corumba, pois trabalhar na cana, mesmo temporariamente, seria assumir a condição de sujeito. Se a migração é constitutiva do pai, por definição liberto, ela

tem um significado simbólico e um sentido ritual, incompatível com a sujeição. É para um outro mundo que ela deve ser dirigida, longe daquele imediatamente vizinho ao universo do sitiante (3).

A migração tem um sentido simbólico-ritual, para além de sua dimensão prática. Ela se faz, exista ou não uma "razão prática", como parte de um processo ritual que reintegrará a pessoa na sociedade, com o status transformado de rapaz para o de homem. A comparação entre fracos e fortes é útil justamente porque ela nos permite perceber essa dimensão ritual, que poderia ficar oculta por trás das necessidades práticas dos fracos.

Para tornar-se homem, é preciso enfrentar o mundo, mesmo entre os fortes, e retornar vencedor, o que será atestado pelo dinheiro trazido na volta. Embora a migração para "São Paulo" implique em assalariamento, ali não se é alugado, mas empregado, por mais árduas que sejam as condições de trabalho, e geralmente o são. Submetendo-se a condições de vida difíceis, gastando o mínimo para poupar o máximo, o filho retorna com algum dinheiro, com o qual irá comprar gado, ou mesmo o material necessário para a construção da casa, ou até mesmo terra.

Filhos de sitiantes fortes poderiam, como foi dito, prescindir do dinheiro ganho através da migração, mas devem realizar o ritual, e voltar com dinheiro. Devem também, em todas as categorias sociais, "conhecer o mundo". Vários sitiantes referiam-se com evidente orgulho a suas

viagens; aos lugares "adiantados" que conheceram, cidades ou regiões agrícolas; à intimidade adquirida com implementos agrícolas modernos; a tipos de alimentação distintos daqueles habituais na região. Ter viajado torna as pessoas superiores a quem nunca saiu do lugar. A migração marca, sobretudo, a superioridade dos que agora são homens com relação aos que ainda são rapazes.

O dinheiro ganho irá se somar ao gado já possuído, resultante, na maioria dos casos, da transformação da miunça (cabras, ovelhas). Cada criança recebe de seus padrinhos, por ocasião do batizado, alguma miunça, ou mesmo, no caso dos mais pobres, algumas galinhas. Estas não devem ser abatidas, mas procriar, e o produto de sua multiplicação ao longo do tempo será vendido. Com o dinheiro auferido adquire-se uma ou mais ovelhas, que também irão se reproduzir e, uma vez vendidas, trocadas por vacas. Esse gado é considerado condição básica para o casamento e a constituição de uma nova família. É a esse gado, resultante do "ciclo evolutivo da criação" (Cf. Woortmann, E.F., 1981) que se soma o dinheiro ganho em "São Paulo".

Alternativamente, é com esse dinheiro que, no caso dos fracos, a miunça é transformada em gado, pois muito frequentemente é preciso "inteirar" o valor com dinheiro. Ao gado do noivo irá se acrescentar aquele trazido pela noiva, como dote, dote esse que, não raro, é constituído em parte através da migração de seu pai, ou mesmo de irmãos, interessados em seu casamento, como será visto mais adiante.

A migração que chamo de pré-matrimonial, como uma prática de reprodução social, foi também analisada por Garcia Jr.

É compreensível, portanto, que para os rapazes, como são designados os homens antes de se casar, sobretudo se filhos de agricultores fracos, a estratégia de ir para o Sul se imponha como uma necessidade inexorável. Para quem não tem ainda responsabilidade, como designam o encargo de cuidar do grupo doméstico, ir para o Sul é 'mais fácil' porque o dinheiro que lá não despender, literalmente poderá ser usado em constituir uma nova casa, comprar um sítio, entrar no negócio. O marido de D.M., que hoje combina roçado com o alugado, só conseguiu dinheiro para se casar indo para o Rio de Janeiro' (Garcia Jr., 1983: 243-244).

O mesmo autor chama a atenção para alguns pontos que merecem destaque. Ressalta ele que a migração, assim como o negócio, e o trabalho na roça, leva em consideração as necessidades de acumulação individuais de cada membro da família, que se tornará membro de uma outra família. Migrar é necessário para ter roçado e casar. Isso é sem dúvida verdadeiro, mas como será visto adiante, a migração é também voltada para o projeto coletivo da família e para a reprodução de seu patrimônio. É apenas parcialmente aplicável ao grupo estudado em Sergipe sua conclusão de que a diferenciação social entre irmãos deriva da acumulação individual antes do casamento. A posição social dos mais prósperos não derivaria da herança de terras, não havendo na Paraíba a transmissão da condição social entre a família paterna e a dos filhos.

Em Sergipe há um notável esforço dos pais em transmitir alguma terra para os filhos homens; por menor que seja a parcela de terra transmitida, ela serve de base, a partir da qual o filho realizará sua carreira. A diferenciação entre irmãos dependerá de carreiras diversificadas, de capacidades distintas no uso da migração, assim como em diferenças quanto ao tino para o negócio. Neste particular, não há diferenças quanto ao registrado na Paraíba. Contudo, diz Garcia Jr.

"Nota-se ... que pelo Sul, pelo negócio, pelo estudo, não se trata da família preservar e transmitir um patrimônio determinado, mas através de estratégias múltiplas conseguir que as unidades domésticas formadas pelo casamento de seus filhos tenham um padrão de vida adequado" (Idem: 156)

Tais estratégias foram também observadas em Sergipe, mas foi igualmente observada uma modalidade de migração voltada precisamente para "preservar e transmitir um patrimônio determinado", que traz consigo uma forma de diferenciação social, e que será analisada mais adiante.

Outro ponto, ainda, destacado por Garcia Jr. é o de uma possível contradição envolvida na migração pré-matrimonial. Trata-se do conflito entre pai e filho quando a migração deste último não pode ser compensada pelo trabalho de outro filho ou de um alugado. De fato, o pai encontra-se então entre a cruz e a caldeirinha. De um lado, sua responsabilidade, como chefe, pela sobrevivência da família, envolvendo o controle do trabalho familiar, requer o concurso do filho. A própria tentativa de ampliar o ganho

através da roça arrendada na fazenda poderia ser frustrada. De outro lado, sua própria condição de pai não lhe permite negar ao filho a passagem representada pela migração, mesmo porque estaria negando a si mesmo; por isso não deve impedir o filho de migrar, ainda que tente frequentemente retardar a partida. O filho, por seu lado, tenta conciliar seu projeto pessoal com as necessidades do pai, mesmo porque depende deste para obter seu chão de morada. Mais independentes, paradoxalmente, são os filhos daqueles que são sobretudo roceiros, isto é, arrendatários, sem possibilidade de fornecer o chão, ainda que controlando o tempo.

A questão levantada por Garcia Jr. é sem dúvida um problema real para os sitiantes fracos, e é justamente para estes que a migração é mais importante, do ponto de vista do projeto de vida do filho, ao tempo que é mais problemática desde o ângulo do projeto coletivo da família. Porém, é preciso considerar que a migração dos filhos é calculada segundo um escalonamento, segundo o princípio da idade, de modo que se possa reter no sítio outros filhos. Tudo depende, é claro, da composição e do momento do ciclo evolutivo da família. A migração do último filho poderá ser a mais problemática, mas por outro lado, para ele, não migrar pode ser garantia de herdar, ou de herdar alguma coisa num contexto ideológico que privilegia a primogenitura.

Há que considerar ainda uma possível diferença entre os sitiantes de Sergipe e os agricultores da Paraíba,

no que diz respeito ao significado das relações de parentesco. Em Sergipe o problema da migração do filho é contornado, em parte, pela relação padrinho-afilhado: um afilhado poderá substituir um filho que foi realizar sua passagem. Por outro lado, a troca de tempo, isto é, o mutirão, também compensa a ausência daquele filho. Finalmente, há a considerar dois outros pontos: a migração do filho é em parte possibilitada pela migração do pai, na medida em que esta se destina a possibilitar o pagamento de um alugado; nem todos os filhos migram: realmente, há filhos que são desestimulados no tocante à migração, e que permanecerão rapazes; são aqueles percebidos como lesos, parcos de inteligência, e que ficarão com os pais.

O problema, contudo, existe. Como nota Garcia Jr., não se trata apenas do ciclo de desenvolvimento de um grupo doméstico, mas do conjunto de grupos entre os quais se fazem as trocas matrimoniais, inclusive, poder-se-ia dizer, do grupo por vir do filho.

A migração do pai.

A migração cíclica tende a ocorrer após o casamento, ao longo de muitos anos. Pode iniciar-se pouco tempo depois do casamento, como uma continuidade da migração pré-matrimonial. Se esta viabilizou o casamento, impensável sem a terra e as condições de trabalhá-la, ou pelo menos sem o chão de morada, a segunda modalidade de migração assegura a permanência da família e da posição do pai de família na hierarquia. Quando iniciada pouco depois do casamento, ela tende a se fazer para o mesmo local ao qual se havia dirigido o rapaz no momento anterior, especialmente se foi então bem sucedido. Aquela primeira migração não se destinou apenas a acumular recursos e realizar a passagem ritual, mas também a constituir uma rede social de apoio que garanta a volta ao mesmo lugar. Isto é, a construir um "capital social", e também um "capital simbólico" representado pelo "conhecer bem o lugar", pelo "saber onde procurar", isto é, pelo saber movimentar-se no espaço social.

As redes de apoio são em boa medida garantidas por parentes que residem nesse local, e que abrigam o migrante por algum tempo. A partir desse apoio são construídos os contatos com pessoas-chaves, como mestres-de-obra, nas cidades, ou os responsáveis pela contratação de

trabalhadores rurais. Para que essas pessoas recontraem o migrante é necessário que, no momento anterior tenha sido construída uma reputação de interessado, isto é, de pessoa responsável, que não falta ao serviço, que faz "um serviço bem feito", seja qual for sua atividade.

Deve-se notar que o sítiante, ademais de seu aprendizado quanto ao trabalho agrícola ou com a criação, a partir de um saber transmitido pelo pai, é com grande frequência detentor do saber correspondente a uma arte. Esta última, seja a de carpina, de ferreiro, de barbeiro, ou fundada em saberes relativos à saúde (raizeiro ou benzedor) articula-se com outros saberes-fazeres, tais como o negócio, no espaço social do sítiante em sua região, e constitui também um "capital" no contexto da migração. Esta última, por sua vez, pode resultar no aperfeiçoamento da arte ou na aquisição de instrumentos de trabalho mais aperfeiçoados.

A migração cíclica é um movimento, em boa medida, sazonal, mas seu movimento não é dado apenas pela diferença de intensidade de trabalho entre os vários momentos do ciclo agrícola. É dada também pela disponibilidade de produtos: o ano se divide em períodos em que há muita produção, para consumir ou vender, e períodos em que há poucos produtos. Há então como que duas periodicidades, uma dada pela alternância entre muito trabalho e pouco trabalho no roçado, e outra representada pela presença de muita produção ou pouca produção do roçado. A primeira dimensão pode significar que há épocas em que parte ou toda a força de

trabalho plena, ou transferível pode ser dispensada do trabalho no sítio. A migração é então uma forma de utilizar um fator de produção ocioso, e expressa uma divisão de trabalho clássica nas práticas de reprodução social camponesa, isto é, a divisão entre forças plenas/transferíveis e forças marginais/intransferíveis (Cf. Tepicht, 1973). A primeira dessas forças é representada pelos homens do grupo de idade mais produtivo, e a segunda pelas mulheres, velhos e crianças. Essa dimensão da composição do grupo doméstico articula-se também com a lógica da migração enquanto prática de reprodução social.

O segundo aspecto da periodicidade, ou sazonalidade, da migração, analisada por Garcia Jr., contrapõe períodos de fartura com períodos de precisão, tornando necessário o deslocamento de parte da família para outras regiões. Como mostra aquele autor, não são todos os homens que migram todos os anos; depende do ano ter sido bom ou fraco, o que não se aplica igualmente a todos, e depende das reservas de cada um. Conforme observei, depende igualmente das atividades que se articulam com a lavoura: a arte e o negócio. Se o ano foi bom, haverá procura pelos serviços do carpinteiro, do ferreiro, do pedreiro, etc. Se o ano foi bom, haverá o que vender/comprar no negócio. Este último, contudo, não se restringe ao tempo de pouco trabalho no roçado, ainda que possa então se intensificar. Não se restringe tampouco aos anos de fartura. Na verdade, há sítiantes-negociantes que anos ruins comercializam

localmente, nos circuitos de feiras habitualmente percorridos, produtos adquiridos na capital do estado, inclusive produtos agrícolas, como o feijão e o milho, característicos da produção local. Tais produtos, em anos particularmente fracos para os sitiantees, tornam-se mais caros, por efeito da "lei natural" da oferta e procura e pelos maiores custos de transporte. Mas, o negociante não vende apenas para os sitiantees; a feira se realiza na cidade, e boa parte dos compradores são cidadãos - fazendeiros, profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos, etc. - pouco ou menos afetados pelos fatores que determinam um ano como sendo fraco ou mesmo fracassado.

Se o negócio não desaparece durante os picos do ciclo agrícola, ele é atividade eminentemente do pai de família. Mas é este também que deve comandar o processo de trabalho. Seu governo pode ser limitado a um mínimo simbólico, e o trabalho efetivo transferido a um ou mais filhos, inclusive os casados, residentes no mesmo sítio. Isto porém envolve tensões, consideradas mais adiante.

De qualquer forma, as estratégias acionadas dependerão do ciclo evolutivo do grupo doméstico e de sua composição a cada momento (que será alterada, inclusive, pela migração pré-matrimonial de um filho), assim como da

composição demográfica do sítio como um todo, com vários grupos domésticos com casas separadas.

Migrar ou não poderá depender, então, não só da sazonalidade ou da alternância de anos bons e ruins, mas igualmente das possibilidades de outros usos alternativos do tempo e dos recursos disponíveis, realizando-se a cada ano um cálculo das vantagens relativas de permanecer, negociando ou desenvolvendo outra atividade qualquer, ou de se deslocar para "São Paulo". Contudo, é preciso considerar que a migração pode também ser a condição do negócio, pois o dinheiro ganho (e não gasto) em "São Paulo", a depender de seu montante e dos recursos disponíveis no sítio, assim como do gado, pode ser investido no negócio quando do retorno. A própria viagem resulta em investimento, pela venda de mercadorias trazidas em malas ou sacos; essas mercadorias não só "pagam a viagem" mas se transformam em lucro, que será por sua vez investido no sítio.

Migrar ou não é ademais uma decisão que depende de recursos disponíveis, porque não se migra de graça. Se a migração irá resultar em recursos para o sítio, ela em geral também supõe recursos extraídos do mesmo sítio, pois o migrante sempre leva consigo alimentos resultantes de seu roçado, com o objetivo de baratear a estadia em "São Paulo". Se o ano ruim recomenda, desde um ponto de vista, a migração, desde outro ele a dificulta, pois não haverá mantimento para levar consigo.

A viagem, além disso, custa dinheiro, que frequentemente precisaria ser retirado do montante destinado ao gasto (seja em moeda ou em produto), o que poderia por em risco a manutenção da família. Migrar pode ser também um risco em si mesmo quando não se dispõe do "capital social" já referido.

Em determinadas circunstâncias, o que possibilita a migração é a existência de gado, ou mesmo de miunça, reserva de valor que poderá custear a viagem. Então, se a migração pré-matrimonial resultou na aquisição de gado, este poderá ser a condição de outra migração, a do pai, constituído pela primeira. Mas isto só ocorrerá em casos extremos, e dependerá de cálculos cuidadosos, pois evidentemente seria absurdo sacrificar a reserva de valor destinada à aquisição de terra e, enquanto dote, às trocas matrimoniais. O gado só será utilizado face a situações absolutamente críticas, como uma seca prolongada, tal como ocorreu durante nossa estadia no campo. Então, o absurdo seria manter o gado, ou todo ele, face à escassez de pasto, ou mesmo de palma e capoeira. Manter gado demais ou, no limite, manter gado simplesmente, pode ser irracional, sendo melhor vendê-lo para financiar a viagem (nessas ocasiões, contudo, o preço do gado no mercado local é geralmente baixo). As remessas de dinheiro, realizadas pelo migrante, podem compensar a venda do gado que, de qualquer

maneira, seria sacrificado pela seca. Neste caso, porém, não se pode falar de migração sazonal, ainda que ela seja cíclica em certo sentido, e sempre presente como possibilidade, tal como a própria seca, no horizonte de práticas/estratégias do sitiante.

No entanto, essas considerações colocam a questão de que a migração cíclica do pai tem diferentes significados e diferentes possibilidades para distintas categorias sociais. Para o sitiante forte a migração tem um sentido maximizante, no contexto de um complexo de estratégias que também incluem o negócio, a arte, a roça, e o gado, ou mesmo o pasto sem o gado como forma de valorizar a terra. A migração tanto pode se articular com o negócio ou a arte, como pode ser uma alternativa face a eles. Significa dar uso a um fator de produção que permaneceria relativamente ocioso no tempo da entressafra. Para o sitiante fraco o sentido é distinto, ainda que análogo quanto à racionalidade, pois a escassez de terra também torna o trabalho "excedente"; trata-se não de acumular, mas de garantir a sobrevivência da família face à limitação do produto do roçado. Para este sitiante, por outro lado, é mais difícil o ingresso no negócio, que exige um capital inicial nem sempre disponível, pois que a "acumulação primitiva", representada pelo gado, é desfavorecida pela exiguidade de terras. Contudo, não são raros os casos de pessoas que iniciaram suas carreiras de vida como roceiros, arrendatários sem terra própria, para ingressarem no negócio em bases extremamente modestas e

prosperarem, para afinal atingirem a condição de sitiante e se realizarem plenamente como pais de família, capazes de transmitirem aos filhos o chão de morada e o chão de roçado. Tudo depende, como dizem, do tino, expressão que tem o mesmo sentido que nós lhe emprestamos quando falamos de um "tino comercial" (ainda que, para o sitiante, esse tino guarde considerável ambiguidade face a padrões éticos). "Tem gente que atina com o negócio e tem gente que não atina; quem não atina é melhor não procurar". Em outros termos, depende da estrela, como diziam os informantes de Garcia (1984).

Com relação à arte não se colocam as mesmas dificuldades; para esta o saber-fazer é distinto do saber-fazer do negócio, e o capital inicial é mais de natureza simbólico-cognitiva que monetária, ainda que os instrumentos de trabalho sejam necessários. São porém tipicamente herdados do padrinho, juntamente com o conhecimento especializado.

Mas, para o fraco, se a migração pode ser mais crucial que para o forte, mesmo na ausência de secas ou de anos fracassados, ela pode ser inviabilizada pela própria condição de fraco, na medida em que não existam recursos para custear a viagem. A alternativa é a pior possível, seja desde um ponto de vista puramente econômico, seja desde o ponto de vista da honra: tornar-se alugado, mesmo que essa condição seja eludida/iludida pela linguagem da "ajuda" (Cf. Woortmann, K., 1988). Pior ainda seria admitir que sua

mulher ou suas filhas trabalhem "no alugado". A exiguidade e o "cansaço" das terras, este último tanto mais acentuado quanto menor a área do sítio, impede que o produto do roçado seja suficiente para cobrir o gasto da família durante o ano todo, e impede também a existência de reservas para a viagem.

A evolução das formas de uso da terra nas grandes propriedades, com a passagem da criação nas soltas, para a pecuária em pastagens plantadas (Cf. Woortmann, K., 1983) tende a provocar uma fixidez da condição de fraco e uma mudança no significado dessa categoria. No passado, e de forma cada vez mais restrita quando de nossa estada no campo, era possível ser um sitiante fraco, com pouca terra, e não obstante "botar roça" numa grande propriedade, na "solta de Seu Fulano", em troca da palha, inicialmente, de pagamento em dinheiro num segundo momento, ou "em troca do capim" no período mais recente. Essa última modalidade de arrendamento resulta na gradativa transformação da terra de trabalho em terra de gado, pois o objetivo do fazendeiro é formar pastagens através do próprio trabalho camponês. Se antes a produção da palha reproduzia a criação, ao mesmo tempo que reproduzia a lavoura, num processo cíclico, agora a produção do pasto para a pecuária, como se designa a criação de gado em pastagens plantadas, inviabiliza aos poucos a lavoura, e a própria reprodução do roceiro; inviabiliza mais ainda a condição de sitiante-roceiro. Enquanto durou - e por ocasião de nossa estada no campo esse

processo, comum a boa parte do Nordeste, já se aproximava de sua conclusão - o arrendamento era utilizado tanto por sítiantes fortes (inclusive com o uso de assalariados) como fracos. Com sua crescente limitação fecha-se essa alternativa de reprodução ou de acumulação, tornando outras vias mais necessárias, como a migração - mas, ao mesmo tempo, também a torna mais difícil.

A migração pode se tornar premente para os fracos, mas nem todos podem dela se valer e um dos fatores a interferir é, sem dúvida, a composição do grupo doméstico que possibilitará ou não a liberação de um membro adulto para a ida a "São Paulo"; caracteriza-se então a tensão ressaltada por Garcia Jr.

Para os fortes, com reservas que possibilitam o gasto da família e o custo da viagem, a migração temporária do pai, notadamente nas entressafas, é mais viável e seu significado, como já ressaltado, pode estar mais na acumulação que na sobrevivência. Anteriormente, a disponibilidade de terras para arrendamento, permitindo a utilização máxima da força de trabalho doméstica, relativizava a distinção entre fracos e fortes, e permitia mesmo a passagem de uma condição à outra. Na nova situação a migração, mais favorável a quem mais possui, termina por se constituir num fator de diferenciação social. Se ela é necessária para os fracos - e vários dentre eles migram - nem sempre podem realizá-la. Se o forte não necessariamente a utiliza, ele pode dela se beneficiar mais facilmente.

Com relação ao fraco vale notar ainda que a terra de que dispõe pode se limitar ao espaço casa-quintal. Esse é um espaço fundamental para garantir o casamento e a condição de liberto, pois é o chão de morada. Por isso mesmo, muitos iam morar na cidade, visto que a Prefeitura (no caso do município de Itabi) distribuía lotes gratuitamente na periferia urbana. Mas, essa limitação de espaço envolve um problema: trata-se de um domínio feminino, ou pelo menos ambíguo, em contraposição ao pasto e ao roçado. Com o fim das soltas e a crescente limitação do acesso às terras da propriedade, o chefe de família fraco fica sem seu espaço, material e ideológico, próprio. Isto conduz ao fato de que a migração possui um significado para além de uma "razão prática", ainda que envolvendo cálculos racionais. Trata-se de sua relação com a honra do pai e com a hierarquia familiar. Honra e hierarquia relacionam-se estreitamente, no plano da família, com o trabalho; este diz respeito ao homem, e o espaço casa-quintal não é o seu lugar.

A honra do pai se vincula também à condição de liberto, isto é, à negação do cativoiro, representado na região pela condição de alugado, sendo sua expressão extrema o trabalho assalariado da mulher e das filhas. Mas a honra do pai se compromete igualmente, dentro do sítio, pelo

trabalho da mulher em certas tarefas do roçado, definidas como masculinas num espaço que já é ele todo pensado como do homem. O mesmo foi observado por Garcia Jr. (1983) para a Paraíba e por Rinaldi Meyer (1979) para Pernambuco.

Pode-se dizer que o homem migra para que a mulher não trabalhe.¹¹ O trabalho, como visto, é uma categoria pertinente ao homem, em contraposição à ajuda, referida à mulher. As remessas em dinheiro garantem a subsistência da família durante o período crítico, sem que seja subvertida a hierarquia familiar. Por outro lado, o dinheiro ganho no emprego permite a contratação de trabalhadorzinhos, em alguns casos até mesmo durante o pico das atividades agrícolas, quando o diferencial entre o ganho no emprego e o gasto com assalariados, possibilitado pela contração de despesas do migrante, o permite, e esse diferencial é parte do cálculo a cada momento feito quanto à tomada de decisão para migrar. Quando o migrante possui uma arte com bom valor de mercado - como se observa na construção civil em Brasília - o diferencial monetário proporciona um bom lucro, investido em gado. É necessário, evidentemente, que o salário do trabalho assalariado no campo permaneça substancialmente inferior ao do emprego em "São Paulo", o que é em parte assegurado pela maioria que não pode migrar, não tem negócio nem arte. Ainda assim, porém, é preciso lembrar que durante o pico do ciclo agrícola o preço do trabalho assalariado sempre cresce, com relação ao tempo de relativa vacância.

Migrar, portanto, é um recurso para manter a mulher no domínio da casa, espaço por excelência da mãe de família. Não se trata meramente de manter a subordinação da mulher, mas de preservar sua dignidade e o status da família em geral (4).

Há ainda outros sentidos envolvidos na migração, e entre eles chama a atenção, para os que vão se empregar em cidades, o trabalho "fichado", isto é, a carteira de trabalho e o cartão do IAPAS, que garante à família, por um ano, uma assistência médica reputada como superior àquela do FUNRURAL. O FUNRURAL, todavia, não é desprezado; ele trouxe uma série de modificações no universo familiar campones, pois a aposentadoria, ainda que baixa, assegura uma renda mensal que faz com que um inválido ou velho permaneça "produtivo", além de somar-se ao produto do trabalho (pois o aposentado não deixa de trabalhar). Esse dinheiro "extra" permite contratar trabalhadorzinho, e pode, em certos casos, tornar menos necessária a migração. A carteira assinada, contudo, é uma vantagem percebida; em franco contraste com a representação acadêmica do "êxodo rural", a alternância entre o campo e a cidade é uma prática voltada para a reprodução da condição camponesa.

A migração, porém, como já foi visto, possui seus paradoxos. Entre eles deve-se observar que as condições de vida experienciadas pelo migrante são impensáveis no contexto próprio do sítio. Como "bóia fria", como arrendatário por curto tempo, trabalhando em obras na

cidade, o migrante se sujeita a condições incompatíveis com a condição de pai de família, e por isso mesmo migra sozinho. Ademais, se o fizesse com a mulher e/ou filhos, não haveria "lucro". Morar promiscuamente em pensões de assalariados rurais ou no canteiro de obras contradiz frontalmente a condição de pai. Essa questão foi analisada por Garcia Jr. (1983); poder-se-ia dizer que, ao migrar, o homem vai para condições onde não seria homem se estivesse com sua família. Ele como que se exila temporariamente, e durante seu exílio deixa, sob esse aspecto, de ser pai, tornando-se um indivíduo amorfo. Sua situação como que se inverte para que possa, num momento seguinte, voltar a ser uma "pessoa relacional", encarnando a hierarquia familiar e a condição de liberto.

Essa prática migratória envolve, ainda, outras contradições. Ela pode ter como objetivo obter recursos que permitam a contratação de assalariados, de modo a preservar a família, e a mulher em particular. Mas, pode ser que a migração mais vantajosa coincida com o pico do trabalho agrícola, quando os assalariados são mais necessários, pois o trabalho é mais intenso e deve ser concluído num tempo determinado.

A migração, como o negócio, pode visar a substituição de membros da família por assalariados. Nem sempre isso é necessário, pois existe a "troca de tempo". É o que assinala também Magalhães Lima (1987) com

relação a camponeses da Amazônia organizados em comunidades semelhantes ao Sítio estudado por E.F. Woortmann em Sergipe e a grupos camponeses baianos, também organizados em torno a territórios de parentesco, estudados por Soares (1987). Nessas comunidades "nunca ninguém precisou de pagar trabalhador". Em outras condições, contudo, o concurso de assalariados pode se fazer necessário, mas a presença do pai, chefe de família, também se faz, pois é ele que deve governar o trabalho, dar a direção. Não se trata de um requisito técnico do processo de trabalho, mas de uma exigência da hierarquia.

A própria troca de tempo, além de ser uma troca, não entre indivíduos, mas entre pais de famílias relacionadas entre si por parentesco, compadrio ou vizinhança (ou pela conjunção dessas três dimensões), exige o governo do chefe da família a que pertence o roçado, e portanto sua presença. A esse chefe se subordinam simbolicamente os outros pais, e são por ele alimentados. Num momento seguinte, porém, aquele chefe estará subordinado a outro pai de família, e o circuito de trocas estabelece, ao longo de seu ciclo, a igualdade entre todos os participantes.

A questão é distinta no caso do trabalho assalariado. Já mostrei antes que o assalariamento entre sítiantes é redefinido no plano da linguagem como uma troca de ajuda, isto é, ele é falado através da linguagem da reciprocidade. Essa mesma linguagem era usada antigamente

para legitimar o arrendamento, quando não se pagava nem em dinheiro, nem em pastagem: "As pessoas se juntavam e resolviam: vamos ajudar F. a afinar o pasto". A expressão "afinar o pasto" revela a relação entre a lavoura e a criação nas soltas, hoje praticamente inexistente.

Contudo, a "ajuda" do assalariado, da mesma maneira que aquela de quem troca tempo, deve ser governada pelo chefe da família. Se ele estiver ausente, em "São Paulo", o governo teria de ser transferido para outra pessoa. Transferi-lo para um trabalhadorzinho deixaria a família em situação delicada. O trabalhadorzinho é em geral um filho de outro sitiante, fraco, ou de um roceiro. Utilizá-lo como assalariado garante a manutenção da hierarquia familiar; transferir-lhe o governo seria uma ameaça à hierarquia.

O chefe de família que se dedica ao negócio ou a outra atividade qualquer além da lavoura/criação, prefere reduzir tal atividade no período crítico do ano agrícola, pois que ele é crítico também para a sua autoridade. Nesse período ele deve dar a direção, seja ao trabalho assalariado, seja ao trabalho comunitário e, evidentemente, ao trabalho da família. É claro que isso se complica quando ele migra. Ele poderá transferir o governo para um filho, mas isso também implica em problemas. Desde um ponto de vista estritamente técnico, o governo do chefe da família

é, na verdade, desnecessário, pois tanto os filhos quanto os assalariados sabem muito bem o que fazer. Trata-se porém, objetivamente, de uma questão de hierarquia, e por isso essa delegação de autoridade tem um significado semiótico: ela sinaliza na direção da transmissão da terra. De fato, é comum que o herdeiro preferencial seja aquele que assume a direção no impedimento do pai, seja por doença ou outra razão qualquer. Isso sempre envolve tensões. Ademais, dada uma certa ênfase na primogenitura, a transferência do governo a um filho quando o primogênito está em sua migração pré-matrimonial, toma a aparência de uma usurpação(5).

No entanto, é preciso notar que a migração do pai durante o pico do ano agrícola só é feita após cuidadosos cálculos que levam em conta as vantagens materiais e as desvantagens sociais da decisão; deve-se notar também que a questão da primogenitura é algo que diz respeito mais a situações fortes que aos fracos. A migração se dá preferencialmente após o plantio, ou após a colheita dos principais produtos. Mas não se deve pensar que entressafra signifique ausência de trabalho, ainda que implique em sensível redução da procura por assalariados, e uma relativa liberação da força de trabalho familiar, notadamente das "forças plenas". O trabalho, contudo, continua a se fazer durante todo o ano; nem todos os legumes são colhidos na mesma época, e a criação de gado ou de miunça prossegue durante o ano todo. Ocorre, porém, que nesse período as "forças marginais" podem dar conta do serviço, e várias

atividades então realizadas são compatíveis com a condição da mulher, enquanto que a presença do pai de família não tem o mesmo peso simbólico.

É igualmente preciso considerar que na região existem diferentes sistemas agrícolas, com distintas exigências de trabalho e de tempo. As etapas "clássicas" de derrubada-queimada-coivara, que mobilizam trabalho intensivamente, além de serem tarefas pensadas como masculinas, são características de apenas um sistema. Elas não existem na agricultura de malhada (Cf. Woortmann, E.F., 1981; 1983). Também, como observei numa área de solos chamados "massapé vermelho", onde a fertilidade do solo permite a lavoura por anos sucessivos sem adubação, o preparo da terra é realizado através de tratores. Um grupo de sítiantes contrata o serviço de um ou mais tratoristas (removendo as cercas que separam os sítios entre si) e estes deixam a terra preparada em algumas horas. Nesse caso, não se coloca a questão do governo, pois sítiantes e tratoristas pertencem a universos sociais distintos; nem poderia o sítiante governar o trabalho do tratorista, nem ameaçar este a posição do chefe da família. Logo que se inicia o plantio, restabelece-se, contudo, a dimensão simbólica da hierarquia no processo de trabalho, e instauram-se as ambiguidades.

A migração definitiva.

Desde o começo deste século vem se processando, sempre de forma mais acelerada, o esgotamento de um dos componentes centrais de reprodução do campesinato nessa região, e em boa parte do Nordeste: as soltas. O termo designava originalmente terras de livre acesso ao sitiante, seja para a lavoura, seja para a criação, seja ainda para a retirada de madeira para construções ou para lenha. Aos poucos, as soltas foram sendo apropriadas pelos proprietários, palavra que designa os que possuem grandes extensões de terra, e cujo significado se opõe ao de dono, termo que se refere aquele que, pelo trabalho, transforma um trecho de soltas em sítio. Aos poucos, soltas passaram a ser não mais terras devolutas, mas terras incultas no interior da propriedade, e se tornaram como que individualizadas, ganhando nomes próprios: "solta de Fulano"; "solta de Beltrano". Simultaneamente, cresciam as restrições, com severas punições, ao "criatório solto" (Cf. Teixeira da Silva, 1981). A isso se acrescenta a transformação, já vista, das relações de trabalho no interior da propriedade, substituindo a terra de trabalho por terra de gado.

Contraí-se o espaço do campesinato, e a presença do arame farpado é a marca desse processo:

"Nesse tempo que eu alcancei não era como agora; não tinha um fio de arame; só tinha uma solta lá para os

lados do Janjão e outra do Totó do Chico. O resto era aberto".

"Ele tinha tarefa demais. Como ele tinha muita família e naquele tempo a roça era boa de tratar, entences ele teve tempo de botar até 20 tarefas de terra, e ele botou. Naquele tempo não tinha cerca. Nesse tempo, dona, era mato."

"Alcancei saindo daqui da rua até a casa do meu pai, na Mata, sem ver uma cerca. As que tinha era para segurar a criação e o gado para não entrar na roça; mas essas eram de madeira, cerca de fraco".

A expansão demográfica do campesinato é então como que barrada pela cerca e pelo capim. Antes, a região recebia gente vinda de outras partes do Nordeste; agora, a migração para fora, em suas diversas modalidades, passa a se tornar uma necessidade para a reprodução de boa parte do campesinato. Não é só no Nordeste que se verifica esse processo; ele também ocorre com relação às largas de Goiás, ou no Vale do Jequitinhonha. Ocupado este a partir do século XVIII, hoje lá se registra tanto a migração circular quanto a definitiva. O campesinato local,

"passa por um processo de semi-proletarização onde a migração circular ou sazonal é uma estratégia principal adotada pelos domicílios..."

O Vale é uma região montanhosa e ainda caracterizada pela pequena produção camponesa de feijão, milho e arroz. Recentemente a região tem experimentado altas taxas de emigração ... Com o fim do ciclo do ouro, o Vale do Jequitinhonha se transformou numa região isolada e estagnada ... Com isso, parte da população migrou para outras regiões mais promissoras ... a maioria, porém, fixou-se no meio rural, tendo como atividades principais a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva...

A forma de apropriação da terra ... se caracteriza pela apropriação privada das terras baixas (veredas e grotas) e pela apropriação comum das terras altas (chapadas). Desta forma, a chapada funciona como complemento à lavoura de subsistência, pois oferece produtos como a madeira, ervas, frutas e pastagem para o gado. É nisso que consiste o complexo 'grotas-chapada'.

Com o desenvolvimento das fazendas na região, a partir da década de 60, houve um processo de conflito fundiário ... (as fazendas)... tiveram suas fronteiras ampliadas a fim de expulsar os posseiros. Surgiram também novas fazendas em terras devolutas e com incentivo do governo ... a expansão da pecuarização é o fator que mais contribuiu para o processo de emigração permanente no Vale.

O reflorestamento, ao contrário da pecuária, é uma atividade que reduz a emigração permanente ... (contudo)... com a ocupação das chapadas pelos eucaliptos, rompeu-se o complexo grotas-chapada. Desta forma, os camponeses ficaram restritos às áreas de grotas, as quais, sozinhas, não tinham condições de suprir as necessidades básicas das famílias. Portanto, mesmo afetando negativamente a emigração permanente do Vale, o reflorestamento contribuiu para o empobrecimento do campesinato ...

... (em decorrência disso)... nos últimos 20 anos tem sido grande o número de residentes desta área que migram temporariamente para a área de cana de açúcar na região de Ribeirão Preto ... Em geral os migrantes partem ... logo após o plantio da segunda safra e retornam assim que a chuva começa a cair na região... A maioria fica fora de 3 a 9 meses, apesar de que muitos dos jovens solteiros do sexo masculino permanecem em São Paulo por alguns anos antes de voltarem ao Vale ...

... em Chapada do Norte, mais de 80% dos homens adultos têm experiência migratória. Em Minas Novas e Turmalina, esse número ultrapassa os 50%.

... alguns já migraram assim mais de 20 vezes, o que reflete 20 anos de migração circular" (Rico Neto e Vieira, 1989: 1-5).

A supressão dos supostos, por assim dizer, naturais, da reprodução camponesa, levou à sua substituição por supostos sociais e entre eles, a migração, para muitos sítios. De um lado, a migração cíclica, ou circular, articulando-se relações camponesas com outras, não camponesas; de outro, a emigração definitiva - que pode implicar a reconstrução de uma condição camponesa liberta em outro lugar, como na frente de expansão.

A migração definitiva ocorre por muitas razões distintas, e não irei considerá-las todas. Focalizo aqui apenas aquela mais diretamente ligada a práticas-estratégias voltadas para impedir ou minimizar o fracionamento do sítio. Essas práticas se relacionam com a gradativa redução do espaço físico do campesinato, acima descrito. Por outro lado, elas só podem ser entendidas se examinadas em conjunto com as práticas matrimoniais e de transmissão da terra.

É fato conhecido que em grande número de grupos camponeses, na Europa como no Brasil, privilegia-se o casamento consanguíneo e o casamento "no lugar" (Cf. Woortmann, K. e Woortmann, E.F., 1989), não obstante os esforços seculares da Igreja e do Estado em sentido contrário. O significado dessa teimosia camponesa, dessa obstinação em contrariar os santos esforços em prol da moralidade e do enfraquecimento dos laços locais, vincula-se estreitamente à circulação dos dotes (que devem ser mantidos nos limites da aldeia) e à integridade do patrimônio. Existem, por certo, exceções, mas a tendência geral é a preferência endogâmica.

No Brasil talvez não se possa falar de uma tendência geral; contudo, essa prática, que por vezes, como no caso aqui estudado, toma a forma de um valor, foi observada por Moura (1978) em Minas Gerais, por Woortmann, E.F. (1983; 1986) em Sergipe e no Rio Grande do Sul, e por Soares (1987) no noroeste da Bahia. Ela parece ser tanto mais posta em prática quando o grupo se caracteriza pela

partilha igualitária, e menos necessária quando há um padrão rígido de unigenitura (Bourdieu, 1962; Davis, 1987). Contudo, como no caso aqui considerado, uma tendência à unigenitura pode se combinar à preferência endogâmica, mais especificamente, ao casamento consanguíneo. Do ponto de vista dos agentes sociais sujeitos-objetos da prática, a instrumentalidade desses casamentos pode escapar à consciência imediata - justamente por ter a prática se constituído num habitus - mas eles não deixam de ser um valor.

Estávamos, Ellen Woortmann e eu, um dia em Ribeirópolis quando encontramos, na praça da feira, um sitiante nosso conhecido, em estado de visível irritação.

Acabara ele de ir à agência dos Correios a fim de retirar sua correspondência, e nos disse, muito contrariado, que recebera carta de um irmão, que havia migrado, comunicando que havia se casado. Sua indignação exprimiu-se no que nos disse: "Imagine que ele resolveu se casar com uma estranha, que a gente nem sabe quem é, nem conhece o sangue dela se é bom ou se é ruim". Note-se que não se trata da oposição entre conhecido e não-conhecido, mas entre parente e não-parente.

O raso de individualismo daquele irmão feria o princípio do casamento "perto", da troca de mulheres (expressão justificada pela residência virilocal) entre grupos domésticos aparentados entre si e/ou vizinhos. É interessante notar que o jovem em questão havia realizado

sua migração pré-matrimonial que, pelos padrões locais deveria prepará-lo para o casamento "no lugar", de preferência com uma prima. O caso ilustra o fato de que a migração, ao invés de realizar um padrão tradicional, pode rompê-lo. Tudo levava a crer que aquele irmão encontrava-se agora, em decorrência de seu laivo de independência, excluído da transmissão da terra; por outro lado, seu mau passo transformara sua migração temporária em definitiva.

O casamento preferencial é aquele entre primos; mas pode ser também entre vizinhos, mesmo que não haja laços de sangue. É o caso de Seu Militão, viúvo e vizinho de uma viúva, Dona Purezinha, ambos sitiantes nem propriamente fortes nem propriamente fracos. Seu Militão tinha consigo ainda um filho, e Dona Purezinha retinha uma filha; os demais rebentos de ambos os vizinhos já haviam emigrado ou se casado. Os dois sítios limitavam entre si. Primeiro casou-se o filho de Seu Militão com a filha de Dona Purezinha, e em seguida casaram-se os dois viúvos, um com o outro. Jamais foi mencionada a conveniência prática dos dois casamentos. Insistiram em afirmar que "se gostaram" e que resolveram se casar, não sem explicar, porém, que era preciso que os respectivos filhos se casassem primeiro, pois se os pais contraíssem núpcias antes dos filhos, estes seriam "meio irmãos". Escapava-lhes o fato de que não havia genitor em comum; seriam na verdade co-enteados, e pelos padrões locais não deve haver casamento entre um filho e uma "filha de criação" (ou entre uma filha e um

'filho de criação'). Acredito que seja menos uma questão de obediência aos preceitos do direito canônico - pois os sítiantes dessa região estão habituados, de longa data, a obter dispensas - que de observância ao princípio "nativo" da exogamia de sítio, isto é, de que não deve haver casamento no interior de um mesmo sítio, unidade básica para a definição do incesto sociológico.

Acrescenta-se ao princípio do casamento próximo, a prática do "casamento trocado", isto é, literalmente, a troca de irmãs, ou o casamento de dois ou mais irmãos de uma família com duas ou mais irmãs de outra. São práticas muito comuns entre grupos camponeses do Brasil e da Europa, e mesmo entre não camponeses, notadamente quando a condição social das famílias repousa sobre a propriedade fundiária. Por outro lado, tal como observou Moura (1976) em Minas Gerais, também em Sergipe, se as filhas herdarem sua parte na herança tende a ser transferida para os irmãos. Ao invés de terra, elas trazem para o casamento seu dote, constituído de gado. Este último resulta em parte do já mencionado "ciclo evolutivo da criação", mas resulta também do pagamento que lhes é feito pelos irmãos e pelo pai, como compensação pelo deserdamento. Em boa parte, os recursos necessários para essa indenização são provindos da migração temporária do pai e dos irmãos, mesmo quando esses também já saíram por sua vez, pais. A migração, portanto, relaciona-se ao casamento, na medida em que este supre o dote (6).

Na região estudada encontra-se tanto as características comuns aos grupos que praticam a herança igualitária, como aquelas que são típicas dos grupos que praticam a unigenitura. Se as filhas com frequência transferem a terra para seus irmãos, elas também podem reter sua parte na herança (ou na transmissão inter-vivos) e levá-la para o casamento. O "casamento trocado" e o casamento entre "primos carnais" compensam esse igualitarismo; articulam-se com essa forma de transmissão da terra, como práticas/estratégias que reduzem o fracionamento das terras, contribuindo para a reprodução social desse campesinato de uma geração para outra.

Mas, por outro lado, não são todos os irmãos que ficam com a terra. Se todos tem o direito à herança (contanto que tenham trabalhado com o pai no sítio em questão), só um pequeno número efetivamente permanece na terra. Os demais irmãos, aqueles por assim dizer "deserdados", em geral emigram. Essa emigração tanto se pode dar antes da partilha por herança, isto é, durante a vida do pai, como depois, mas em ambos os casos aqueles que emigram são indenizados pelos que ficam. Para dar um exemplo, três de nossos informantes, irmãos entre si, receberam as partes de terras de seus 11 outros irmãos e irmãs (que emigraram, no caso dos homens e se casaram, no caso das mulheres). Existe, portanto uma prática de reduzir o fracionamento do sítio paterno, ou do conjunto de terras, que pode incluir o sítio, onde se

localiza a casa, e um ou mais terrenos, adquiridos por compra, e não por herança.

Aqueles que emigram, tendo sido indenizados, perdem o direito à terra, mesmo quando saíram antes da morte do pai. A indenização se assemelha a um dote, visto que é pensada como contrapartida da terra que receberiam se tivessem ficado. A palavra "receberiam" deve ser considerada porém, de forma especial, pois ficar não é muito provável. O pai e irmãos na verdade estimulam alguns a emigrar, lançando mão até mesmo de parentes já emigrados e bem sucedidos, que enviam "conselhos" para atrair o jovem. Contam portanto com o apoio de rêdes de parentes em algum lugar de "São Paulo" para atrair os que serão deserdados. Aqui é preciso observar que a primeira migração, aquela do rapaz, muda de significado: ela deixa de ser uma migração pré-matrimonial, como a caracterizei antes, para se tornar uma iniciação não mais ao casamento no lugar, mas à emigração definitiva. Portanto, realizam aquela migração tanto os que irão se tornar homens, ou chefes de família no sítio, como também aqueles que irão abrir mão dessa condição, para que outros a tenham. A migração pré-matrimonial poderá ser também, então, um processo ^{de} pré-emigração definitiva.

Outras práticas são também empregadas, e uma delas consiste em "dar o estudo", com grande frequência em seminários católicos; ouvi muitas referências a jovens que foram "estudar para padre", ainda que muito poucos tenham efetivamente ingressado no clero, ao contrário dos colonos

católicos do Rio Grande do Sul ou do Espírito Santo (Cf. Woortmann, E.F., 1988; Lofego, 1988). Aquelas colonias, além de serem celeiros de mão de obra são também celeiros de clérigos.

Sejam quais forem os mecanismos empregados, a emigração definitiva não se faz sem custos para a família. Como dizia um informante, "todos os que saem daqui saem bem. São alguém na vida, a gente ajuda quando saem; sempre levam dinheiro e o estudo". Isto significa que pais e irmãos precisam gerar um excedente para financiar o "deserdamento" e a emigração. Para isso, eles próprios devem migrar ciclicamente. Esta migração, então, ao invés de se destinar à aquisição de mais terras, destina-se a reter aquela terra que um dos filhos ou irmãos não irá receber. Pode acontecer também que o produto da migração pré-matrimonial de um filho, destinado ao seu casamento, seja utilizado pelo pai para indenizar outro filho, o que por vezes resulta em conflitos, mesmo que acabe beneficiando o filho que irá ficar. De fato, esse desvio de recursos acumulados (via de regra através do gado) termina por possibilitar o casamento, já que garante a terra, e sem terra não há casamento, pelo menos entre os fortes.

Na região estudada, a localidade que melhor logrou preservar a terra contra o fracionamento é o Sítio de Lagoa da Mata. O termo Sítio (com S maúsculo) designa

41

um território de parentesco. Como mostrou Woortmann E.F. (1988) esse Sítio se organiza pela conjugação de princípios de territorialidade, descendência e casamento, e nele se articulam as práticas da primogenitura (como uma forte tendência mais do que um valor absoluto) e da endogamia, esta última associada a uma forte oposição entre parentes e estranhos. Como já disse, é um caso semelhante aos estudados por Godoi (1987) e Soares (1987). A reprodução de cada um dos sítios particulares depende da integridade do Sítio como um todo, que engloba os primeiros na medida em que seus valores/princípios "encompassam" os sitiantes que a ele pertencem.

Além das práticas matrimoniais e do princípio da descendência, a reprodução do Sítio (e de seus sítios) envolve ainda processos demográficos: uma acentuada diminuição da natalidade, e a emigração. É preciso notar que os camponeses de Lagoa da Mata são fortes, e o Sítio como um todo é pensado como forte, o que já mostra que não são apenas os fracos que emigram. Pelo contrário, para que o Sítio permaneça forte, é necessário que muitos emigrem. Aqui se coloca uma clara diferença face à etnografia de Garcia Jr. (1983): em Lagoa da Mata a preservação do patrimônio é uma preocupação fundamental, pois lá a terra, mais do que propriedade individual é patrimônio de um "grupo de descendentes". Busca-se sim, transmitir posição social de pai

para filho - e para isso é preciso transformar a posição de outros filhos, aqueles de devem emigrar.

Portanto, muitos devem emigrar; no limite, dada a forte tendência à primogenitura, associada a uma inelasticidade com respeito à terra, devem emigrar todos os filhos de determinada família, menos o herdeiro. Para os membros de um conjunto de irmãos há como que duas temporalidades: a continuidade para uns e a descontinuidade para outros. Para que uns continuem *sitiantes*, outros devem deixar de o ser.

Mas, nem todos os que saem do Sítio (e de cada sítio), na verdade emigram, ainda que a maioria o faça. Há aqueles que se instalam em um terreno fora dos limites do Sítio. A noção de terreno, como se viu, opõe-se àquela de sítio, pois é neste que se localiza a casa e é este que constitui o patrimônio, no sentido latino do termo, isto é, terras que são transmitidas através das gerações. O terreno é uma propriedade individual, não incluída no Sítio e por ele não subsumida, que foi comprada por um pai de família e que pode ser vendida, ou transmitida a um filho outro que não o herdeiro preferencial. Este terreno está, portanto, fora do "mundus" da comunidade de parentesco. No entanto, se ele é terreno para o pai que doa, transforma-se em sítio para o filho que recebe, na medida em que este último nele erige sua casa, e se constitui ele mesmo em chefe de família.

Todos os que saem do Sítio perdem seus direitos com relação a este, mas isto não significa que fiquem isolados com relação à sua organização social. A emigração definitiva não se faz aleatoriamente; emigrantes de uma determinada localidade, de um distrito rural, ou de um município, tendem a emigrar para uma mesma localidade em "São Paulo". O mesmo foi observado também por Ridley (1977) com relação a migrantes piauienses que se localizam em determinada cidade-satélite de Brasília. Aqueles que saem do Sítio de Lagoa da Mata se estabelecem preferencialmente nas proximidades de Presidente Prudente. Em sua localidade de destino constituem redes sociais, em boa parte redes de parentesco (pois replica-se ali o casamento preferencial com primos), que formam um sistema de apoio para novos migrantes. Isto é, tem-se ao mesmo tempo uma rede local, em Presidente Prudente, e uma rede inter-local, que liga esta localidade com Lagoa da Mata. A operação dessa rede vem a constituir o "capital social" ao qual me referi anteriormente. Através dela o recém-emigrado se localiza no espaço social e obtém emprego; hospeda-se em casa de parentes por algum tempo - mas não por muito tempo, pois a hospitalidade não está livre de tensões; é "apresentado" a empregadores eventuais e recebe o aval de seus parentes já estabelecidos.

Essa função da rede de parentesco se refere tanto aos novos emigrantes definitivos como àqueles que realizam a migração pré-matrimonial, ou a migração circular. De fato,

41

como foi dito, a primeira migração pode ser o momento inicial de uma migração definitiva. Pode-se dizer, então, que a migração constitui um sistema no qual se interrelacionam suas distintas modalidades. Percebe-se, por outro lado, que a migração pré-matrimonial não implica tanto assim em perigo no "mundo desconhecido", o que ressalta seu significado simbólico para os fortes (sem contudo eliminar seu sentido prático).

Há ainda outro ponto a ser ressaltado com relação a esse "sistema de migração": aqueles que emigraram definitivamente voltam ao lugar de origem para "buscar noiva", e não apenas os provenientes de Lagoa da Mata. Retornam para buscar uma prima. Isto significa que a emigração, apesar de construir uma distância geográfica, não constrói necessariamente uma distância social, visto que o casamento preferencial continua a ser "perto" do ponto de vista da consanguinidade. Observa-se também que a emigração dos homens resulta igualmente numa retirada de mulheres da localidade de origem, ainda que nem sempre isso ocorra, para desagrado dos sitiantes, como aquele a que me referi antes. Nos termos das categorias locais, as mulheres não migram, isto é, não viajam; elas são buscadas por alguém do mesmo sangue. A migração, em todas as suas modalidades, é um movimento de homens, e é mesmo um processo de transformação do rapaz em homem.